

EDITORIAL

Ed. Vol. 2, Núm. 3 # 2015

É com grande satisfação que a *Revista Culturas Jurídicas*, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), apresenta à comunidade acadêmica o seu terceiro número, adotando como linha editorial *Direito e o sentido de comunidade*.

Criada em 2013 com a intenção de nutrir abordagens contextualizadas sobre o pensamento jurídico-constitucional, a RCJ procura ofertar repertórios com contributos singulares de autores brasileiros e estrangeiros, creditando à qualidade dos trabalhos selecionados o condão de torná-la um repositório atual e pluralista.

Em pleno momento de protagonismo alemão na cena geopolítica mundial em decorrência da crise humanitária envolvendo refugiados, António Avelãs Nunes, rastreia a sedimentação das *liberdades do capital* no percurso europeu do pós-Guerra e localiza o papel da Alemanha na atualidade a partir do Tratado Orçamental, aprovado em 2012. Considerando tratar-se de matéria de competência dos parlamentos nacionais, Nunes dissecou o catálogo de medidas em nível de política econômico-financeira, social e salarial, e aponta para o que chamou de *golpe de Estado europeu*, afirmando-o como uma violação ao sentido de igualdade entre os Estados-membros do bloco.

No cone sul, André Vitorino Brayner contextualiza as origens da União das Nações Sul-Americanas, surgida em 2008, a partir de um recorte que exhibe o objetivo de fortalecimento da soberania regional com a incorporação de elementos culturais, sociais e ideológicos através da combinação de democracias liberais locais.

Na esteira da participação popular, Karine Grassi e Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira analisam o direito à cidade no Brasil sob a perspectiva da emancipação e dos movimentos sociais. Partindo da concepção de direito à cidade como um além do usufruto de bens e serviços públicos, os autores trazem a lume uma ótica que a faz comportar o direito de participar do planejamento urbano através da ingerência popular do plano diretor como forma de homenagear uma gestão democrática desse espaço.

www.culturasjuridicas.uff.br

Niterói, 27 de setembro de 2015.

E, por falar em democratizar o espaço de convivência, Thaís Dalla Corte e Rogério Silva Portanova lançam luz nos movimentos por sustentabilidade e justiça ambiental apresentando fundamentos para a governança da água. Os autores creditam a deturpação do discurso da sustentabilidade ao apego excessivo à racionalidade econômica, o que acaba por potencializar a exclusão social e a distribuição assimétrica de recursos -- neste caso, os naturais.

Sequenciando a semântica de pluralidade, democratização e mutualidade, Gabriela M. Racca e Roberto Cavallo Perin, ambos pesquisadores da Universidade de Turim, com a qual o PPGDC possui convênio de cooperação, em artigo fruto da palestra "*Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts*" promovida no âmbito do PPGDC, discorrem sobre a quebra da confiança na administração pública através da corrupção como o agente corrosivo dos pilares da democracia, além de conclamarem a sociedade civil a monitorar o cotidiano da gestão pública e a denunciar desvios na administração da coisa comum.

A contribuição de Mauricio Borba Filho vem preenchida com um paralelo entre o problema ilustrado na figura da autoridade em *O Processo*, de Franz Kafka, e o fetichismo teorizado por Karl Marx. Borba refuta a concepção do Direito como algo obscuro e transcendental, descolado da compreensão humana e controlador dos homens, denunciando o fetichismo da legalidade na obra do escritor tcheco e trazendo-o como problema avesso à pluralidade.

Luís Gustavo Blaskesi de Almeida, por sua vez, propõe o estabelecimento das semelhanças e contrastes existentes entre as duas principais vertentes marxistas no que toca o tema da justiça. Para tanto, o autor delimita sua abordagem aos escritos marxistas que se opõem diametralmente à própria concepção do princípio em tela e, em contrapartida, àqueles que compartilham da ênfase que o próprio liberalismo igualitário empresta à justiça, formando o que se poderia denominar de uma teoria moral marxista.

Escrito a seis mãos, o trabalho de Rafaela da Cruz Mello, Jânia Maria Lopes Saldanha e Maria Beatriz Oliveira da Silva aborda a questão da multiplicidade de regras e instituições em variados escalonamentos no contexto de atual mundialização. As autoras analisam, sob a ótica do terreno europeu, a viabilidade de construção de um direito comum e pluralista no contexto da internacionalização do Direito, e observam de

que modo o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem tem aplicado ferramentas para contribuir com a criação desse direito -- harmonizador do universalismo dos direitos do homem do relativismo das particularidades culturais.

Finalmente, Denise Leal Albano empreende uma análise crítico-reflexiva sobre o fenômeno da famigerada *judicialização da política* -- para ela, mais como mero desdobramento de um fenômeno mais amplo e complexo que é a judicialização da própria vida. Denise sublinha como, diante da crise da democracia representativa, do não cumprimento das promessas da modernidade e de perplexidades geradas pela crescente atomização dos indivíduos e *dessolidarização* entre grupos sociais e do abandono das conquistas dos estados de bem estar social a reboque do desmonte das experiências do socialismo real, os indivíduos que se sentem à deriva diante desse estado de coisas, buscam seu último esteio no juiz provedor de expectativas sociais sempre frustradas.

Na seção *Entrevistas*, Roberto Gargarella, Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) traz diferentes considerações sobre justiça dialógica na América Latina à RCJ. Diante de pontuais provocações dos professores Eduardo Manuel Val (UFF) e Sidharta Legale (UFJF), que conduziram a entrevista, ele prefacia sua exposição esclarecendo em que medida o percurso de sua formação acadêmica justifica sua postura intelectual de buscar conciliar, de um lado, a democracia deliberativa -- com certa autonomia individual -- e, de outro, um viés republicano, socialista -- em que é presente uma forte ideia de autogoverno.

Gargarella critica a disparidade entre a retórica e a prática das audiências públicas na América Latina que, quando muito, são curvadas à discricionariedade e ao controle daquilo que se convoca, de quem participa -- e como se participa --, catando uma efetiva possibilidade de intervenção cidadã e, por fim, convertendo-as em um *instrumento de promessas e muitas dificuldades*. Gargarella aborda pontos nevrálgicos comuns aos poderes judiciários latino-americanos que acabam por vedar sua afirmação de instrumentos de vocalização das camadas socioeconomicamente desprotegidas e assevera a carência de debates sérios sobre as mais basilares questões. Resistindo ao modelo vertical-descendente de imposição de decisões pelos tribunais, o professor argentino defende o potencial dos mecanismos de inclusão no desenho político,

www.culturasjuridicas.uff.br

vislumbrando em uma construção democrática que prestigie a participação da sociedade da base para o topo uma real via para a recuperação da voz do *cidadão*.

Na seção *Resenhas*, trazemos as contribuições dos graduandos em Direito da Universidade Federal Fluminense Bianca de Castro L. C. Reis e Vitória Lima Bastos, que escrevem sobre *Un Largo Termidor: La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático*, da autoria de Gerardo Pisarello, e Keren González e Leticia Lindolpho, que nos apresentam a *Refundación del Estado en la América Latina: Perspectivas desde una Epistemología del Sur*, de Boaventura de Sousa Santos. Ainda, de autoria de Tiago de Souza Fuzari, há uma reflexão sobre a obra *Um tratado sobre nossos actuais descontentamentos*, de Tony Judt.

Na seção *Comentário Legislativo*, Rene José Keller discorre sobre o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que busca regulamentar o contrato de prestação de serviço a terceiros ampliando as possibilidades legais de utilização de mão-de-obra denominada “terceirizada”. Rene examina em que medida a aprovação deste Projeto de Lei repercute na superexploração da força de trabalho e seu reflexo sobre o fenômeno crescente da precificação dos Direitos Sociais.

Por fim, na seção *Resumos*, trazemos os resumos das dissertações de Mestrado da Turma de 2013 do PPGDC/UFF, defendidas no ano de 2015.

Reverenciando aos autores que nos brindam com tão extraordinárias contribuições, é com prazer, portanto, que publicamos o presente volume, na certeza de entregar ao leitor obras com substância para desembalar consideráveis reflexões. Por fim, mas não menos importante, recordamos estarem inteiramente abertas as portas da RCJ para o recebimento de trabalhos empenhados em fortalecer a dialética entre as diversas culturas jurídicas.

Niterói, Primavera de 2015.

Prof. Dr. Enzo Bello

Editor-Chefe da RCJ

Mestranda Kelly Felix

Editora-Assistente da RCJ

Mestrando Leonardo Rezende Cecilio

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Farinhas de Oliveira

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Meott Silvestre

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva

Editor-Assistente da RCJ